



**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0025/2023
(Processo Administrativo nº 0042/2023)**

Torna-se público que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais – CAU/MG, por meio da Departamento de Compras, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 21/08/2023

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00 h

UASG: 926482

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas do Office 2021 – Professional Plus - Editor de Textos (Word), Planilhas Eletrônicas (Excel), Criação e Edição de Apresentações de Slides (Power Point), Administração de Contas de E-mails (Outlook), e Gerenciamento de Videoconferências (Teams), Windows 11 e Windows Server 2022 para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação ocorrerá em **lote único**, conforme tabela constante abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor estimado
1	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas do Office 2021 – Professional Plus - Editor de Textos (Word), Planilhas Eletrônicas (Excel), Criação e Edição de Apresentações de Slides (Power Point), Administração de Contas de E-mails (Outlook), e Gerenciamento de Videoconferências (Teams) para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG).	UN	85	R\$ 24.583,28
2	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas - Windows 11	UN	5	R\$ 4.250,65
3	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas – Windows Server Datacenter 2022	UN	1	R\$ 2.820,28
Valor total estimado: R\$ 31.654,21 (trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos)				



() Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov e as especificações constantes deste Aviso, prevalecerão as descritas no Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexos.**

1.3 Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.4 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <http://comprasnet.gov.br/>

2.1.1 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido



condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2 aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5 Sociedades Cooperativas.

3 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o



compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4 que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4 FASE DE LANCES

4.1 A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10,00 (dez reais).

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.



4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1 Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1 contiver vícios insanáveis;

5.5.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.



5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;



- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



6.7 O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida Nota de Empenho.

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Ordem de Serviço/Compra, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 O prazo previsto para aceitação da ordem de serviço/compra ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3 O Aceite da Ordem de Serviço/Compra ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1 referida Ordem de Serviço/Compra está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8 SANÇÕES

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:



- 8.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 8.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



8.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).



9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2 ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

9.13.3 ANEXO III – Termo de Referência

9.13.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta

Julho/2023

Arq. e Urb. Maria Edwiges Sobreira Leal – Presidente do CAU/MG



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 1.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.
- 1.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**** Nas contratações para entrega imediata, com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme artigo 20, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.**



ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa para fornecimento de Licenças de Uso de Software de Editor de Textos, Planilhas Eletrônicas, Criação e Edição de Apresentações de Slides, Administração de Contas de E-mails, Gerenciamento de Videoconferências, Sistema Operacional e Sistema Operacional de Administração de Redes para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG).

DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de licenças de uso de software se justifica para pleno atendimento e instalação de softwares originais em todos os computadores (desktops e notebooks) do parque tecnológico do CAU/MG. A entidade já possuiu licença de uso que ficou válida até meados de 2021. Entretanto, há certo tempo, está desprovidada de softwares licenciados criando situações de dificuldades diversas quanto à operação do dia a dia.

As atividades administrativas da Entidade requerem, cada vez mais, ferramentas tecnológicas no seu dia a dia. Na maioria das vezes, os programas de governo passam por uma transformação digital, visando facilitar a compreensão pelo cidadão. A aquisição dos produtos relacionados se faz jus tendo em vista a necessidade de equipar e renovar as ferramentas tecnológicas dos órgãos e entidades governamentais, ferramentas estas essenciais ao desenvolvimento das atividades a serem cumpridas pela Administração Pública.

Além disso, a aquisição visa padronizar as especificações técnicas, formas de licenciamento e disposições contratuais da tecnologia de software do tipo suíte de todas as unidades do CAU/MG. Com a falta de licenças de uso e padronização de procedimentos internos, vários colaboradores lançaram mão da tecnologia que estava ao seu alcance pessoal. Este fator gera desorganização e variada gama de formatos de arquivos, atrapalhando e gerando morosidade no processo de gestão interna. Vale ressaltar que a padronização de ferramentas no âmbito do Conselho viabiliza a manipulação de arquivos gerados pelos softwares por vezes recebidos e/ou enviados para instituições externas, garantindo a total compatibilidade entre os arquivos e/ou funcionalidades implementadas no ambiente de TI. Além do referido ponto, a manutenção das ferramentas proporciona uma maior facilidade no seu uso, já que são de conhecimento e domínio de seus utilizadores, dispensando assim a necessidade de treinamento inicial.

O CAU/MG se encontra em uma situação dificultosa pela falta de licenças office. Principalmente pela ausência do Outlook instalado. A versão 365 – web, não permite a administração simultânea de várias contas de e-mail (o que acontece com frequência) dificultando a operação diária. Não se tem registro de quando foi feita ou se já foi efetuada alguma aquisição de pacote office. Fato é que várias aplicações que estavam nos PC's da autarquia simplesmente pararam de funcionar em meados de 2021.

Em que pese que a maioria absoluta das máquinas do CAU/MG foi efetuada já com o Windows original, é sabido que em algumas máquinas já obsoletas ou estragadas, quando necessitam de formatação, podem requerer novas licenças de Windows para pleno funcionamento. O CAU está passando por remodelagem de máquinas, upgrade de desempenho e outros fatores. Neste contexto, foram



identificadas 5 (cinco) máquinas com necessidade futura de instalação de Windows e já se tem primazia pela versão mais completa e atual – 11.

No servidor da Autarquia, onde tem-se praticamente todos os arquivos salvos, a situação de obsolescência é ainda mais notória. O servidor opera com Windows Server 2008. Neste contexto, vulnerabilidades de segurança e de conservação dos arquivos do CAU/MG são frequentemente observadas. A versão mais atual do server traz consigo novos e modernos requisitos de segurança e desempenho.

O presente processo tratará de aniquilar o problema de licenciamento de office e demais softwares do CAU/MG. Trata-se de uma varredura completa e instalação/substituição de licenças profissionais, originais e com funcionamento pleno.

O CAU/MG planejou a contratação em tela. Desta forma, não se caracteriza tal processo como parcela de fracionamento da despesa, ou seja, não existem aquisições ou contratações neste mesmo exercício, com o mesmo objeto, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano. O CAU/MG respeitou o princípio da Anualidade do Orçamento.

ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Gerência Geral	Ariel Luís Romani Lazzarin
Gerência Administrativa Financeira	Reinaldo Antero de Jesus Júnior

REQUISITOS DA CONTRAÇÃO

A solução a ser contratada deve ser do tipo Software Livre ou dotada de registro, autenticidade e autorização para distribuição pelo fabricante com total comprovação da situação de originalidade.

ANÁLISE DOS NORMATIVOS EXISTENTES

Com a finalidade de subsidiar este estudo, foram localizados e analisados os seguintes normativos que regulam especialmente os serviços a serem contratados, os quais produzirão impacto na contratação conforme as considerações respectivas:

Normativos	Considerações
Lei 14.133/21	Institui normas para Licitações e Contratos Administrativos
Instrução Normativa nº 58 – SEGES 08/08/2022	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Instrução Normativa nº 67 – SEGES 08/07/2021	Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e



	fundacional.
Instrução Normativa SGD/ME Nº 94, de 23/12/2022	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	Descrição	Unidade	Quantitativo
1	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas do Office 2021 – Professional Plus - Editor de Textos (Word), Planilhas Eletrônicas (Excel), Criação e Edição de Apresentações de Slides (Power Point), Administração de Contas de E-mails (Outlook), e Gerenciamento de Videoconferências (Teams) para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG).	UN	85
2	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas - Windows 11	UN	5
3	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas – Windows Server Datacenter 2022	UN	1

LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Pelo levantamento realizado em busca de informações sobre o licenciamento de software, basicamente existem as soluções abaixo:

1.3.1. Software Livre: O termo software livre significa código aberto, mas nem todo código aberto é software livre. É importante destacar que software livre não equivale a software gratuito, já que o termo "livre" remete a noções mais do que simplesmente monetárias. Destaca-se que no Brasil há dois tipos de seguimentos de Software Livre, tanto na esfera pública quanto na privada, conforme abaixo:

a) Software Livre Brasil: é uma Associação de Software Livre que reúne universidades, empresários, poder público, grupos de usuários, ONG's e ativistas pela liberdade do conhecimento, com objetivo a promoção do uso e do desenvolvimento do software livre como uma alternativa de liberdade econômica, tecnológica e de expressão. (<http://softwarelivre.org/>).

b) Portal Software livre Público: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) disponibiliza ferramenta para compartilhamento de licenças de software sem custo a Administração Pública



(<http://www.softwarelivre.gov.br>).

1.3.2. Software Público: São softwares livres disponíveis aos poderes da Administração Pública (União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios), compartilhados sem ônus no portal Software Público Brasileiro (<https://softwarepublico.gov.br/social/>) visando a economia de recursos públicos. Contudo, esses softwares não dispõem de garantia, suporte técnico e atualização/upgrade, pois essas funcionalidades dependem de contratação de empresa privada que forneça o serviço.

1.3.3. Software com ônus: Este método de utilização ocorre mediante retribuição financeira, já que dispõe de recursos tecnológicos avançados e personalizados aos clientes. A partir do momento da aquisição da licença, é gerado ao usuário o direito de garantia técnica, suporte e atualização de novas versões dos softwares, pelo período contratado.

O mercado tem disponibilizando 3 formas de solução:

a) Licenciamento Perpétuo: são ativos permanentes, intangíveis, com direito a upgrades, porém sem serviço de garantia e suporte técnico, e sem a possibilidade de alteração da versão.

b) Licenciamento Perpétuo + serviço de manutenção, atualização de versões e suporte: são ativos permanentes, intangíveis, com direito a upgrades, manutenção, atualização de versões e suporte das licenças de software perpétuas durante a vigência contratual do serviço.

c) Subscrição: É o direito de uso temporário do software, ou aluguel da ferramenta durante a vigência contratual. A subscrição é caracterizada como “serviço”, pois a empresa se incumbe pela execução dos serviços agregados, tais como serviços de manutenção, atualização de versões e suporte, bem como, pelo fornecimento da cessão de uso do software.

O software livre é entendido como não aplicável tendo em vista que é pouco difundido, possui limitações para o desenvolvimento do trabalho diário (mesmo sendo de baixa complexidade), possui pouca oferta de treinamento no mercado e por sua pouca utilização não tem ampla utilização. Neste caso, fornecedores, parceiros, conselheiros e outros envolvidos no desenvolvimento da atividade do CAU não utilizarão as mesmas ferramentas. Este fator pode ser entendido como um complicador da rotina diária.

Tendo em vista o modelo padrão de utilização do CAU/MG e as características dos usuários versus as necessidades de utilização mais comumente observadas, é possível notar que as exigências são relativamente básicas e que as versões introdutórias das licenças seriam satisfatórias. Noutro giro, atualizações que tragam constantes evoluções e ferramentas modernas que estão sendo desenvolvidas atualmente não são, de fato, necessidades absolutas para o desenvolvimento do trabalho de rotina do CAU/MG. As rotinas de trabalho diárias do CAU/MG estão sustentadas por soluções básicas das licenças ora apresentadas.

Outro fator de destaque é que as licenças de uso do tipo subscrição, muito comentadas atualmente, gerarão um desembolso adicional desnecessário ao CAU/MG visto que em pouco tempo, o valor da assinatura mensal acumulado, ultrapassará o valor da licença de uso do tipo perpétua.

Isto posto, em uma análise de aplicação de licenças de uso para atendimento ao CAU/MG, o órgão estaria bem servido com uma licença do tipo **LICENCIAMENTO PERPÉTUO**. Este tipo acarretaria o menor



desembolso possível e teria longo prazo de utilização, mesmo sem contar com as atualizações sendo, assim, considerada a solução mais vantajosa em termos técnicos, econômicos e de tempo.

É importante destacar que, conforme art. 41 da Lei Nº 14.133/2021, no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado. No caso da presente contratação, a opção pelos produtos da marca Microsoft se justifica em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pelo CAU/MG.

A marca Microsoft é referência mundial em computação, especialmente no desenvolvimento de sistemas operacionais e de aplicações de escritório, notoriamente conhecidos o sistema operacional Microsoft Windows e a solução de aplicações de escritório Microsoft Office. Tal notoriedade gerou uma melhor adaptação do público leigo ao Microsoft Office em detrimento de outras soluções disponíveis, inclusive de código aberto, tais como LibreOffice ou OpenOffice, as quais, apesar de servirem primariamente para a finalidade desejada, não possuem diversos recursos que o Microsoft Office possui, frutos de anos de acumulação de experiência de milhões de usuários em todo o mundo. Além disso, a experiência de uso do usuário com esses softwares livres demandaria investimentos em treinamento e capacitação, uma vez que nunca foram utilizados pelo CAU/MG.

Os aplicativos da Microsoft, por sua vez já são utilizadas pelo CAU/MG desde sua formação, destacando-se pela facilidade no uso, aplicação mercadológica, treinamento já realizado por todos(as) usuários(as), além de serem as ferramentas mais disseminadas no Brasil, o que permite a troca e o compartilhamento de arquivos com colaboradores externos do CAU/MG. Ademais, os colaboradores internos do Conselho já estão capacitados para utilizar essas ferramentas, que são de uso rotineiro no órgão.

Pesa, ainda, em favor da escolha, a responsabilidade técnica da Microsoft pela atualização e correção de bugs nas aplicações, enquanto nas soluções baseadas no conceito de software livre não há uma empresa ou instituição que possa ser responsabilizada. Por isso, a solução **MICROSOFT OFFICE** se encaixa perfeitamente na demanda do CAU/MG e no conseqüente envolvimento com demais usuários no cotidiano.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução apresentada vai de encontro às necessidades verificadas no CAU/MG, onde temos:

Word – Editor de texto mais utilizado e conhecido. De fácil familiarização e de conhecimento por todos os usuários do CAU/MG. Poderosas ferramentas de escrita e revisão do Word tornam mais fácil criar documentos de ótima aparência. A nova guia Design presente na versão 2021 permite aplicar facilmente layouts com qualidade de designer, além de cores e fontes em todo o documento.

Excel – Planilha eletrônica com recursos para manipulação de banco de dados. Ferramenta mais completa do pacote office que permite manipular grandes bases de dados e gerar relatórios complexos com poucos cliques. Imprescindível para qualquer unidade de guarda e manutenção de dados. O novo Excel ajuda a visualizar informações, indicando os gráficos mais adequados para os seus dados por meio de pré-visualizações do gráfico. Atalhos de teclado familiares, autocomplete e um inserir função aprimorado poupam seu tempo ao criar planilhas ou inserir dados. Para uma análise mais profunda, as novas segmentações da tabela dinâmica vão ajudá-lo a filtrar grandes volumes de dados e descobrir padrões.



Outlook – Ferramenta de administração de e-mails oficial do sistema CAU em todo Brasil. Gerenciar e-mails, calendário, contatos e tarefas de maneira facilitada. O Outlook 2021 tem suporte a push mail, deixando a caixa de entrada sempre atualizada. A alteração na visualização de conversa organiza automaticamente sua caixa de entrada em torno de conversas. E o recurso de visualização prévia da mensagem mostra a primeira frase de um e-mail logo abaixo da linha de assunto, para decidir rapidamente se quer lê-lo já ou mais tarde.

PowerPoint – As melhorias no modo de visualização “Apresentador” oferecem controle total enquanto apresenta, mostrando o slide atual e o próximo, as notas do orador e um temporizador na tela, enquanto o público vê apenas a apresentação na tela grande. O painel de animação ajuda a criar e fazer o ajuste fino das animações, e o último conjunto de transições de slide acrescenta brilho às apresentações.

Microsoft Teams – Ferramenta de agenda, chat e realização de reuniões virtuais oficiais de todo o sistema CAU. Com o advento da pandemia passou a ser uma das ferramentas mais demandadas pelo público em geral e ganhou grande representação

Access e Publisher – Ferramentas de conexão a banco de dados e criação de publicações com menos cultura de utilização, mas que podem ganhar notoriedade a partir de treinamentos que acontecerão no CAU/MG no programa Capacitações 2023 – já em andamento. Conexões diretas com bases de dados externas e criação de publicações profissionais parecem tarefas fáceis.

Windows 11 – Windows 11 é a versão mais recente do sistema operacional da Microsoft para computadores. Lançado em 5 de outubro de 2021, o sucessor do Windows 10 vem com visual mais limpo e minimalista, incluindo ícones remodelados, janelas translúcidas, nova iconografia e um Menu Iniciar centralizado.

Windows Server 2022 - O Windows Server 2022 é baseado nos sólidos alicerces do Windows Server 2019 e traz muitas inovações sobre três temas principais: segurança, integração híbrida e gerenciamento do Azure e plataforma de aplicativos.

O quadro atual da necessidade de aquisição de licenças é o que segue:

DESCRIÇÃO	QTDE	OBSERVAÇÃO
Notebooks	30	Aquisição Recente
	9	Aquisição Anterior
	1	Presidência
	1	Mac Book
	3	Ultrabook – 1ª Aquisição
Desktop Sede	21	-
Desktop Sede para Recuperação	4	-
Desktop Cedidos (Home Office)	6	-



Desktop Escritórios Descentralizados	10	-
TOTAL DE MÁQUINAS	85	

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução não é vantajoso para a Administração Pública, uma vez que a agregação de um volume significativo de demanda ao mercado fornecedor potencialmente viabilizará a obtenção de melhores ofertas, tanto em termos financeiros quanto técnicos. A unificação do fornecedor com quantitativo razoável de licenças gerará ganho de escala para o CAU/MG, além de reduzir os custos administrativos, uma vez que facilitará a gestão da contratação e das licenças e a padronização dos procedimentos internos.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

As contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. A Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, traz no inciso XII do art. 2º, o conceito e alguns exemplos de serviços correlatos.

Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

No caso em tela, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Muito é declarado, no mercado de aquisição de licenças, sobre as possibilidades de verificação da autenticidade das licenças. Em que pese outros órgãos públicos de renome terem realizado processo de aquisição sem a necessidade destas famigeradas verificações, não pode o CAU/MG, se furtar de incluir nos termos desta contratação, a necessidade de os fornecedores comprovarem (em algum formato) a originalidade do produto.

O Governo Federal possui o Portal de Contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) mas a participação para aquisições dentro do sistema está restrita aos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), instituído pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de tecnologia da informação. Como o CAU/MG possui uma demanda muito pouco representativa do ponto de vista da aquisição de licenças de uso de software, ainda que possa haver a possibilidade de adesão ao SISP, o resultado não compensaria a operação e manutenção do cadastro e registro. Ademais, o tempo a ser dispendido com o trâmite burocrático levaria à morosidade exacerbada no processo de contratação.

Noutro ponto, o mercado de licenças possui nuances e particularidades comerciais desconhecidas pelos demandantes. É sabido que estratégias de e-MarketPlace e outras parcerias abrem novas possibilidades



de comercialização a preços mais acessíveis. As licenças não são mais entregues como produto (caixa e cd de instalação) mas sim como simples chave de ativação para evitar custos operacionais de envio e despacho. Todas estas explicações corroboram para negociações mais ágeis, com volumes mais expressivos e de maior agilidade.

A Microsoft oferece uma lista ampla de distribuidores credenciados em seu site oficial. O CAU/MG deve primar por cotar os preços das licenças com estes fornecedores. Contudo, pelos critérios e práticas comerciais acima descritos, não é possível criar vinculação de obrigatoriedade desta parceria como fator de definição da qualidade do produto. O fornecedor, através de instrumento contratual, continuará sendo responsável pelo fornecimento das licenças e quaisquer desdobramentos futuros que possam ocorrer.

Neste sentido e inclusive com a colaboração técnica da MJF Informática Ltda., que é a prestadora de serviços de TI oficial do CAU/MG, deve-se observar:

- **As licenças devem ser baixadas e/ou validadas diretamente através do site da Microsoft;**
- **As licenças devem ser registradas em nome do CAU/MG – Pessoa Jurídica de Direito Público para uso corporativo.**
- **As licenças referentes aos softwares solicitados, deverão estar registrados para utilização da Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”.**

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Não se aplica considerando o objetivo proposto.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base no exposto acima, declara-se **ser viável** a contratação pretendida.

MAPA DE RISCOS

Como em toda contratação, vislumbram-se nesta alguns riscos que podem comprometer o sucesso do procedimento, tanto nas fases de planejamento da contratação e seleção do fornecedor, como na de gestão do contrato e execução do(s) serviço(s).

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados a todo o processo, de modo que, para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimento, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis para cada ação.

Entendem-se por ações preventivas, aquelas a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos riscos; já as ações de contingência, no entanto, são as que devem ser tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

Risco 01 – Não haver disponibilidade orçamentária			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			



Descumprimento de prazos e execução incompleta dos serviços	
Ação Preventiva	Responsável
Realizar estudos e levantamentos detalhados de forma a permitir uma correta estimativa dos aspectos quantitativos e qualitativos do serviço a ser contratado.	Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência	Responsável
Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata dos itens demandados	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 02 – Especificação insuficiente para a contratação			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			
Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais			
Ação Preventiva	Responsável		
Revisão das especificações e forma de prestação do serviço	Equipe de Planejamento da Contratação		
Ação de Contingência	Responsável		
Estudar o grau de insuficiência e definir com a potencial contratada as especificações que demandarem uma definição mais aprofundada	Equipe de Fiscalização		

Risco 03 – Ausência de interessados			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			
Atrasos e comprometimento da prestação dos serviços			
Ação Preventiva	Responsável		
Realizar estudos e levantamentos detalhados de forma a permitir uma correta estimativa dos aspectos quantitativos e qualitativos do serviço a ser contratado .	Equipe de Planejamento da Contratação		
Ação de Contingência	Responsável		
Buscar novas opções e ofertas disponíveis no mercado	Equipe de Planejamento da Contratação		

Risco 04 – Atraso na conclusão do processo			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			
Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando a realização das atividades do CAU/MG.			
Ação Preventiva	Responsável		
Planejamento e eficiência nas etapas do processo	Equipe de Planejamento da Contratação		
Ação de Contingência	Responsável		
Buscar alinhamento de cada etapa do processo	Equipe de Planejamento da Contratação		



CAU/MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais

Belo Horizonte, 04 de julho de 2023.

Reinaldo Antero de Jesus Júnior
Gerente Administrativo e Financeiro do CAU/MG

Aprovado:

Arq. Urb. Maria Edwirges Sobreira Leal
Presidente do CAU/MG



**ANEXO III -TERMO DE REFERÊNCIA
PA nº 0042/2023 – DLe nº 025/2023**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

2 OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas do Office 2021 – Professional Plus - Editor de Textos (Word), Planilhas Eletrônicas (Excel), Criação e Edição de Apresentações de Slides (Power Point), Administração de Contas de E-mails (Outlook), e Gerenciamento de Videoconferências (Teams), Windows 11 e Windows Server 2022 para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG).

2.1 DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

Item	Descrição	Unidade	Quantitativo
1	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas do Office 2021 – Professional Plus - Editor de Textos (Word), Planilhas Eletrônicas (Excel), Criação e Edição de Apresentações de Slides (Power Point), Administração de Contas de E-mails (Outlook), e Gerenciamento de Videoconferências (Teams) para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG).	UN	85
2	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas - Windows 11	UN	5
3	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas – Windows Server Datacenter 2022	UN	1

2.2 DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

As especificações mínimas devem atender ao que se segue:

Office 2021 – Professional Plus:

Word – Editor de texto mais utilizado e conhecido. De fácil familiarização e de conhecimento por todos os usuários do CAU/MG. Poderosas ferramentas de escrita e revisão do Word tornam mais fácil criar documentos de ótima aparência. A nova guia Design presente na versão 2021 permite aplicar facilmente layouts com qualidade de designer, além de cores e fontes em todo o documento.

Excel – Planilha eletrônica com recursos para manipulação de banco de dados. Ferramenta mais completa do pacote office que permite manipular grandes bases de dados e gerar relatórios complexos com poucos cliques. Imprescindível para qualquer unidade de guarda e manutenção



de dados. O novo Excel ajuda a visualizar informações, indicando os gráficos mais adequados para os seus dados por meio de pré-visualizações do gráfico. Atalhos de teclado familiares, autocomplete e um inserir função aprimorado poupam seu tempo ao criar planilhas ou inserir dados. Para uma análise mais profunda, as novas segmentações da tabela dinâmica vão ajudá-lo a filtrar grandes volumes de dados e descobrir padrões.

Outlook – Ferramenta de administração de e-mails oficial do sistema CAU em todo Brasil. Gerenciar e-mails, calendário, contatos e tarefas de maneira facilitada. O Outlook 2021 tem suporte a push mail, deixando a caixa de entrada sempre atualizada. A alteração na visualização de conversa organiza automaticamente sua caixa de entrada em torno de conversas. E o recurso de visualização prévia da mensagem mostra a primeira frase de um e-mail logo abaixo da linha de assunto, para decidir rapidamente se quer lê-lo já ou mais tarde.

PowerPoint – As melhorias no modo de visualização “Apresentador” oferecem controle total enquanto apresenta, mostrando o slide atual e o próximo, as notas do orador e um temporizador na tela, enquanto o público vê apenas a apresentação na tela grande. O painel de animação ajuda a criar e fazer o ajuste fino das animações, e o último conjunto de transições de slide acrescenta brilho às apresentações.

Microsoft Teams – Ferramenta de agenda, chat e realização de reuniões virtuais oficiais de todo o sistema CAU. Com o advento da pandemia passou a ser uma das ferramentas mais demandadas pelo público em geral e ganhou grande representação

Access e Publisher – Ferramentais de conexão a banco de dados e criação de publicações com menos cultura de utilização, mas que podem ganhar notoriedade a partir de treinamentos que acontecerão no CAU/MG no programa Capacitações 2023 – já em andamento. Conexões diretas com bases de dados externas e criação de publicações profissionais parecem tarefas fáceis.

Windows 11 – Windows 11 é a versão mais recente do sistema operacional da Microsoft para computadores. Lançado em 5 de outubro de 2021, o sucessor do Windows 10 vem com visual mais limpo e minimalista, incluindo ícones remodelados, janelas translúcidas, nova iconografia e um Menu Iniciar centralizado.

Windows Server 2022 - O Windows Server 2022 é baseado nos sólidos alicerces do Windows Server 2019 e traz muitas inovações sobre três temas principais: segurança, integração híbrida e gerenciamento do Azure e plataforma de aplicativos.

O quadro atual da necessidade de aquisição de licenças é o que segue:

DESCRIÇÃO	QTDE	OBSERVAÇÃO
Notebooks	30	Aquisição Recente
	9	Aquisição Anterior
	1	Presidência
	1	Mac Book



	3	Ultrabook – 1ª Aquisição
Desktop Sede	21	-
Desktop Sede para Recuperação	4	-
Desktop Ceditos (Home Office)	6	-
Desktop Escritórios Descentralizados	10	-
TOTAL DE MÁQUINAS	85	

Muito é declarado, no mercado de aquisição de licenças, sobre as possibilidades de verificação da autenticidade das licenças. Não pode o CAU/MG, se furtar de incluir nos termos desta contratação, a necessidade de os fornecedores comprovarem (em algum formato) a originalidade do produto.

O Governo Federal possui o Portal de Contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) mas a participação para aquisições dentro do sistema está restrita aos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), instituído pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de tecnologia da informação. Como o CAU/MG possui uma demanda muito pouco representativa do ponto de vista da aquisição de licenças de uso de software, ainda que possa haver a possibilidade de adesão ao SISP, o resultado não compensaria a operação e manutenção do cadastro e registro. Ademais, o tempo a ser dispendido com o trâmite burocrático levaria à morosidade exacerbada no processo de contratação.

Noutro ponto, o mercado de licenças possui nuances e particularidades comerciais desconhecidas pelos demandantes. É sabido que estratégias de e-Marketplace e outras parcerias abrem novas possibilidades de comercialização a preços mais acessíveis. As licenças não são mais entregues como produto (caixa e cd de instalação) mas sim como simples chave de ativação para evitar custos operacionais de envio e despacho. Todas estas explicações corroboram para negociações mais ágeis, com volumes mais expressivos e de maior agilidade. Neste contexto, é muito comum variações bastante expressivas nos preços de comercialização.

A Microsoft oferece uma lista ampla de distribuidores credenciados em seu site oficial. O CAU/MG deve primar por cotar os preços das licenças com estes fornecedores. Contudo, pelos critérios e práticas comerciais acima descritos, não é possível criar vinculação de obrigatoriedade desta parceria como fator de definição da qualidade do produto. O fornecedor, através de instrumento contratual, continuará sendo responsável pelo fornecimento das licenças e quaisquer desdobramentos futuros que possam ocorrer.

Neste sentido e inclusive com a colaboração técnica da MJF Informática Ltda., que é a prestadora de serviços de TI oficial do CAU/MG, deve-se observar:

- **As licenças devem ser baixadas e/ou validadas diretamente através do site da Microsoft;**
- **As licenças devem ser registradas em nome do CAU/MG – Pessoa Jurídica de Direito Público para uso corporativo.**
- **As licenças referentes aos softwares solicitados, deverão estar registrados para**



utilização da Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”.

2.3 ESTIMATIVA DE PREÇOS/PREÇOS REFERENCIAIS

O custo estimado total da contratação, conforme quadro abaixo, é de R\$ 31.654,21 (trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos).

		QUANTIDADES	VALORES MÉDIOS DE REFERÊNCIA
VALOR MÉDIO DE REFERÊNCIA OFFICE 2021 PP	R\$ 289,22	85	R\$ 24.583,28
VALOR MÉDIO DE REFERÊNCIA WINDOWS 11	R\$ 850,13	5	R\$ 4.250,65
VALOR MÉDIO DE REFERÊNCIA WINDOWS SERVER	R\$ 2.820,28	1	R\$ 2.820,28
		91	R\$ 31.654,21

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de licenças de uso de software se justifica para pleno atendimento e instalação de softwares originais em todos os computadores (desktops e notebooks) do parque tecnológico do CAU/MG. A entidade já possuiu licença de uso que ficou válida até meados de 2021. Entretanto, há certo tempo, está desprovida de softwares licenciados criando situações de dificuldades diversas quanto à operação do dia a dia.

As atividades administrativas da Entidade requerem, cada vez mais, ferramentas tecnológicas no seu dia a dia. Na maioria das vezes, os programas de governo passam por uma transformação digital, visando facilitar a compreensão pelo cidadão. A aquisição dos produtos relacionados se faz jus tendo em vista a necessidade de equipar e renovar as ferramentas tecnológicas dos órgãos e entidades governamentais, ferramentas estas essenciais ao desenvolvimento das atividades a serem cumpridas pela Administração Pública.

Além disso, a aquisição visa padronizar as especificações técnicas, formas de licenciamento e disposições contratuais da tecnologia de software do tipo suite de todas as unidades do CAU/MG. Com a falta de licenças de uso e padronização de procedimentos internos, vários colaboradores lançaram mão da tecnologia que estava ao seu alcance pessoal. Este fator gera desorganização e variada gama de formatos de arquivos, atrapalhando e gerando morosidade no processo de gestão interna. Vale ressaltar que a padronização de ferramentas no âmbito do Conselho viabiliza a manipulação de arquivos gerados pelos softwares por vezes recebidos e/ou enviados para instituições externas, garantindo a total compatibilidade entre os arquivos e/ou funcionalidades implementadas no ambiente de TI. Além do referido ponto, a manutenção das ferramentas proporciona uma maior facilidade no seu uso, já que são de conhecimento e domínio de seus utilizadores, dispensando assim a necessidade de treinamento inicial.

O CAU/MG se encontra em uma situação dificultosa pela falta de licenças office. Principalmente pela ausência do Outlook instalado. A versão 365 – web, não permite a administração simultânea de várias contas de e-mail (o que acontece com frequência) dificultando a operação diária. Não



se tem registro de quando foi feita ou se já foi efetuada alguma aquisição de pacote office. Fato é que várias aplicações que estavam nos PC's da autarquia simplesmente pararam de funcionar em meados de 2021.

Em que pese que a maioria absoluta das máquinas do CAU/MG foi efetuada já com o Windows original, é sabido que em algumas máquinas já obsoletas ou estragadas, quando necessitam de formatação, podem requerer novas licenças de Windows para pleno funcionamento. O CAU está passando por remodelagem de máquinas, upgrade de desempenho e outros fatores. Neste contexto, foram identificadas 5 (cinco) máquinas com necessidade futura de instalação de Windows e já se tem primazia pela versão mais completa e atual – 11.

No servidor da Autarquia, onde tem-se praticamente todos os arquivos salvos, a situação de obsolescência é ainda mais notória. O servidor opera com Windows Server 2008. Neste contexto, vulnerabilidades de segurança e de conservação dos arquivos do CAU/MG são frequentemente observadas. A versão mais atual do server traz consigo novos e modernos requisitos de segurança e desempenho.

O presente processo tratará de aniquilar o problema de licenciamento de office e demais softwares do CAU/MG. Trata-se de uma varredura completa e instalação/substituição de licenças profissionais, originais e com funcionamento pleno.

O CAU/MG planejou a contratação em tela. Desta forma, não se caracteriza tal processo como parcela de fracionamento da despesa, ou seja, não existem aquisições ou contratações neste mesmo exercício, com o mesmo objeto, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano. O CAU/MG respeitou o princípio da Anualidade do Orçamento.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Aquisição, conforme quantidades e descrições no item 1.1, para atendimento das necessidades de todas as unidades do CAU/MG de licenças de uso dos softwares Office 2021 Professional Plus, Windows 11 e Windows Server 2022.

4 DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aquisição fundamentada nos pressupostos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67 de 08 de julho de 2021.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme descrição constante neste termo de referência, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1 O prazo para entrega do material/serviço obedecerá ao constante da ordem de compra/serviço;

5.2 A entrega dos itens no local indicado pela contratante é de responsabilidade da contratada, devendo a mesma possuir pessoal habilitado para descarregamento do material, quando necessário;

5.3 Nos preços cotados devem estar inclusos todas as despesas, de qualquer natureza, como mão



de obra, impostos, frete, seguro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, todas as taxas, equipamentos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários; seguros, lucro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência;

5.4 O fornecedor é responsável por garantir a originalidade e procedência das licenças, podendo ser responsabilizado e convocado a qualquer tempo para atendimento de fiscalização ou procedimentos de verificação por qualquer ente fiscalizador.

6 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 O prazo de entrega dos bens/serviços é de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Compra/Serviço em remessa única, ao CAU/MG, no endereço Av. Getúlio Vargas, nº 447, 11º andar, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-020 ou através do e-mail gerente.af@caumg.gov.br, salvo disposição em contrário.

6.1.1 A entrega ocorrerá no horário comercial de 08h às 17h, mediante agendamento.

6.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do pactuado ou contrato.

7 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;



- 7.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 7.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.2 São obrigações da CONTRATADA:
- 7.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e;
- 7.2.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 7.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.2.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.2.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.2.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação;
- 7.2.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8 DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Tendo em vista as possibilidades de parcerias e acordos comerciais que este mercado possibilita, será admitida a subcontratação do objeto.

9 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade



competente para as providências cabíveis.

- 9.4 A GESTÃO DO CONTRATO (controle administrativo) será exercida pela Gerência Geral do CAU/MG e a FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (controle técnico) será exercida pelo Fiscal do Contrato, na figura do funcionário Reinaldo Antero de Jesus Júnior, portador do CPF nº: 013.XXX.88X-X1, o qual competirão zelar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto na proposta da CONTRATADA.

10 PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, preferencialmente para o Banco do Brasil, Boleto bancário, fatura com código de barras ou ainda outra forma utilizada pelo fornecedor/prestador, desde que previamente analisada e aceita pelo CAU/MG - acompanhado dos documentos fiscais.
- 10.2 O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis após o aceite da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.

11 DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irrealizáveis.

12 RETENÇÃO DE IMPOSTOS

- 12.1 Conforme IN 1234/2012 e alterações propostas pela IN 1540/2015 da SRF, as retenções tributárias obedecerão às seguintes regras:
- 12.1.1 Optantes pelo Lucro Presumido e Lucro Real:
- Para mercadorias/equipamentos: 5,85% (PIS – 0,65%, COFINS – 3%, CSLL – 1% e IR – 1,20%);
 - Para serviços: 9,45% (PIS – 0,65%, COFINS – 3%, CSLL – 1% e IR – 4,80%); e
 - ISS conforme Lei Complementar 116/2003 e respectivas derivações municipais.
- 12.1.2 Optantes pelo Simples Nacional:
- ISS conforme Lei Complementar 116/2003 e respectivas derivações municipais.
- 12.2 Em casos de fornecimento de materiais ou serviços que contenham descrição específica nas legislações citadas, vide Anexo I da In 1234/2012.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:
- 13.1.1 Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.3 Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do



- prazo;
- 13.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
 - 13.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa/licitação ou a execução do contrato;
 - 13.1.6 Fraudar a licitação/dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
 - 13.1.7 Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 13.1.7.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 13.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
 - 13.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.
- 13.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 14.2.2 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% do valor da contratação;
 - 14.2.3 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 14.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 14.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 14.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento do cadastro de fornecedores pelo prazo de até cinco anos;
 - 14.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
 - 14.2.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
 - 14.2.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
 - 14.2.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - 14.2.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente



judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15 DA GARANTIA

- 15.1 A garantia do produto automaticamente está vinculada ao Fabricante e à Contratada, atenta à Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 15.2 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 05 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, inclusive quanto à questão da originalidade e procedência dos softwares.
- 15.3 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 15.4 A garantia será prestada com vistas a manter os sistemas fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 15.5 As partes que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores.
- 15.6 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16 FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

A formalização contratual dar-se-á por meio de Ordem de Compra/Serviço.

Belo Horizonte, 10 de julho de 2023.

Reinaldo Antero de Jesus Júnior
Gerente Administrativo Financeiro

Aprovo o Presente Termo de Referência, nos termos dos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei 14.133/2021. Em atendimento ao disposto no art. 50, IV, Lei 9.784/99, bem como no art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021, autorizo a contratação direta.

Arq. e Urb. Maria Edwirges Sobreira Leal
Presidente do CAU/MG

**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA****(Em papel timbrado da licitante)****A/C Departamento de Licitações do CAU/MG**

A Empresa _____ sediada à _____ (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais o fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas do Office 2021 – Professional Plus, Windows 11 e Windows Server 2022, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência, nas seguintes condições:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor
1	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas do Office 2021 – Professional Plus - Editor de Textos (Word), Planilhas Eletrônicas (Excel), Criação e Edição de Apresentações de Slides (Power Point), Administração de Contas de E-mails (Outlook), e Gerenciamento de Videoconferências (Teams) para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG).	UN	85	
2	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas - Windows 11	UN	5	
3	Contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licenças de Uso de Software Perpétuas e instaladas – Windows Server Datacenter 2022	UN	1	
Valor Global:				

Preço Total por extenso: R\$ ----,-- (-----)

1. Prazo de validade da proposta: _____ (não inferior a 60 dias);
2. **Nos preços cotados estão inclusos todas as despesas, de qualquer natureza, como mão de obra, impostos, frete, seguro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, todas as taxas, equipamentos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários; seguros, lucro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência;**
3. Dados bancários: _____ (informar banco, agência e conta corrente para efeito de pagamento);
4. Caso nos seja homologado o objeto da presente licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato/termo equivalente no prazo determinado pelo CAU/MG, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (profissão), _____ (função na empresa), e-mail _____, residente a rua, avenida _____ nº _____, em _____ (cidade), como responsável legal desta empresa; e
5. Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.



DECLARO:

Responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes desta contratação.

Assinatura

____ / ____ / 202__